

Lavajatismo paralelo alavancou negócios não explicados até hoje

Por trás dos acordos de leniência, forjados na fuzilaria da “lava jato” contra empresas, sabe-se hoje, formou-se um mutirão de interessados na herança de empresas espoliadas. ONGs de fachada, governos estrangeiros, alguns advogados e concorrentes empresariais, interessados em se apropriar do alheio, acumpliciaram-se com os procuradores e juízes lavajatistas.

Não por acaso, o Supremo Tribunal Federal começou a passar a limpo as pesadas multas e expropriações praticadas contra empresas sob a rubrica de “acordos de leniência” obtidos na base de extorsão e chantagem.

As coincidências mais intrigantes envolvem lobistas que se juntaram ao núcleo lavajatista para influir nos termos dos acordos e lucrar com o esquema. Dois exemplos de coincidências: o executivo da Paper Excellence **Josmar Verillo** — que atuou para forçar a venda da Eldorado Celulose; e o acadêmico **Joaquim Falcão**, dirigente da Fundação Itaú Cultural e da “Transparência”, como informa seu currículo.



Eldorado Celulose foi objeto da gula dos cúmplices dos lavajatistas

Os destinos dos dois personagens se cruzam no momento em que uma empresa que se apresenta como “ONG”, a “Transparência”, entra em cena. No papel de vestais, importam os manuais da Metrópole e passam a vender consultoria e sua grife para Curitiba. Sua ideia mais original foi a de criar dois fundos privados. Os administradores, junto com Deltan Dallagnol, seriam a “ONG”, Verillo e Falcão.

No acordo de leniência da J&F Investimentos, o grupo foi forçado a vender duas de suas principais empresas; a Paper, representada por Verillo, ficou com metade da Eldorado e o Itaú, de seu conselheiro Falcão, com a Alparagatas. As pegadas desses esquemas ficaram registradas nos diálogos das conversas gravadas entre procuradores federais.

Segundo o juiz federal Eduardo Appio, que herdou por um período a vara que foi de Sérgio Moro, por mais que tenha procurado, ele não conseguiu saber da destinação de quantias milionárias que seu antecessor destinou para os aliados de sua turma.

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4), imediatamente, afastou Appio, com o pretexto de que ele teria telefonado para outro juiz que participou da trama de Moro. O lema mundial do Ministério Público — *follow the money* — foi esquecido nesse caso.

A capilaridade da “Transparência”, que representa no Brasil interesses estrangeiros não identificados, é espantosa. Seu diretor, Bruno Brandão, que emprestou o nome da grife e o “respaldo moral” para o



lavajatismo, foi recentemente flagrado despachando na Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), assim como despachava em Curitiba. Embora não tenha mandato ou qualquer jurisdição por aqui, a OCDE empreende, desde sempre, campanhas contra companhias brasileiras e escritórios de advocacia. O órgão, junto com a “Transparência”, defende até hoje os métodos do lavajatismo.

As queixas de desvio de função, levadas pelo Brasil à matriz da T.I., em Berlim, tropeçaram em um argumento irrefutável. A seção brasileira da entidade é hoje a sua principal fonte de receitas — que não se sabe, exatamente, de onde saem. Tudo se encadeia.

As proezas da “lava jato” e as teses da ONG se encontram em longas reportagens na *Piauí*, revista criada por João Moreira Salles com fundos de Itaú e Unibanco. Mas a transparência que cobra de terceiros não se aplica em seus domínios. Por algum motivo, ele afastou-se, nominalmente, do Itaú, do Instituto Moreira Salles e da Editora Alvinegra, que publica a revista.

João Moreira Salles, que tem um tio homônimo, é um dos acionistas e herdeiros do conglomerado bancário, por meio do Instituto Artigo 220, criado para afetar alguma elevação moral com promessas de garantir “autonomia radical” à publicação.

Na vida real, o instituto foi constituído por Moreira Salles e a Patizeiro Participações, sediada em Matão (SP), no mesmo endereço de outro braço empresarial da família: a Cambuhy Agrícola, irmã de outras empresas de mesmo nome que atuam no ramo de investimentos ou mineração. A mesma Cambuhy que tentou comprar a Alpargatas em 2016 e perdeu o negócio justamente para a J&F. A desforra veio com a “lava jato”.

O Instituto Moreira Salles e a Editora Alvinegra [têm um histórico de prestação de serviços sem licitação para o governo](#), dezenas de ações trabalhistas e um volume considerável de práticas que a revista *Piauí*, regularmente, usa para fritar suas vítimas. A dívida tributária do instituto, em execução, passava havia quatro anos da casa dos R\$ 2,1 milhões. A prestação de contas do Itaú Cultural por uso de recursos da Lei Rouanet foi glosada. Daria uma boa reportagem.

Coincidências e contradições não andam sozinhas nessas tramas. Embora [seja sócio de empresa de mineração e de agropecuária, sob o nome de Cambuhy](#), a revista de João Moreira Salles trabalha como um braço da “Transparência” — cujo papel no Brasil é demonizar a mineração e a atividade agropecuária. Mas, pelo fato de o grupo ter ficado do lado do bem, e com a Alpargatas da J&F, talvez tenha valido a pena.

Meta Fields